



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 3578110/2026 - SEMUS

São Luís - MA, 25 de março de 2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS, NUTRIÇÃO ENTERAL, MÓDULOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS, DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA.

1 INFORMAÇÕES BÁSICAS:

1.1 Órgão/Setor Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde/Superintendência de Assistência à Rede de Saúde/Superintendência de Vigilância em Saúde.

1.2 Processo SEI nº: 15901.032262/2025

2 INTRODUÇÃO:

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP caracteriza a etapa inicial da fase de planejamento da contratação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, e tem por finalidade apresentar os estudos necessários à definição da solução mais adequada para atendimento da necessidade ora identificada, relacionada à aquisição de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares, destinados às demandas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

2 . 2 O objetivo principal deste documento consiste em analisar de forma detalhada a necessidade administrativa e assistencial, bem como identificar, no mercado, a solução técnica e economicamente mais vantajosa para supri-la, em estrita observância às normas legais e regulamentares vigentes, especialmente à Lei nº 14.133/2021, ao Decreto Municipal nº 60.155/2024 e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público.

3 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 8º, inciso I, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021)

3 . 1 Tendo em vista a necessidade permanente de assegurar o suporte nutricional adequado aos usuários atendidos pela rede municipal de saúde, faz-se necessária a aquisição de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares, destinados a suprir as demandas das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís – SEMUS, bem como aquelas decorrentes de processos administrativos, demandas judiciais, Programa Melhor em Casa e das ações da Vigilância Sanitária.

3 . 2 A terapia nutricional constitui parte integrante e indispensável do cuidado em saúde, sendo fundamental para a recuperação clínica, manutenção do estado nutricional, prevenção de agravos e redução do tempo de internação de pacientes com condições clínicas diversas, tais como doenças crônicas, neurológicas, metabólicas, oncológicas, infecciosas, além de pacientes em situação de vulnerabilidade nutricional.

3 . 3 No âmbito das **Unidades de Saúde**, especialmente aquelas que prestam atendimento em **urgência, emergência, internação hospitalar e ambulatorial especializado**, a **Coordenação de Nutrição e Dietética/SARS** é responsável pelo planejamento, acompanhamento e garantia do fornecimento de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares, insumos essenciais ao manejo clínico imediato de pacientes com restrição ou impossibilidade de ingestão oral, risco nutricional elevado ou necessidade de terapia nutricional especializada, sendo indispensáveis para a estabilização clínica, recuperação funcional e prevenção de complicações associadas à desnutrição.

3 . 4 As **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** são insumos específicos, prescritos de forma individualizada por profissionais habilitados, conforme protocolos clínicos e nutricionais, e destinam-se a pacientes que apresentam necessidades nutricionais especiais, impossibilidade ou limitação de ingestão oral adequada, ou que demandam aporte nutricional complementar ou exclusivo.

3 . 5 Ressalta-se, ainda, que parcela significativa da demanda sob responsabilidade da **Coordenação de Nutrição e Dietética/SARS** decorre de processos administrativos e, sobretudo, de determinações judiciais, que impõem ao Município o dever de fornecimento dos insumos nutricionais prescritos, sob pena de responsabilização administrativa, financeira e judicial. Tal cenário exige planejamento prévio, manutenção de estoque regular e capacidade de resposta imediata por parte da Administração, de modo a garantir o cumprimento das determinações e a continuidade da assistência nutricional.

3 . 6 No âmbito do **Programa Melhor em Casa (PMeC)**, executado por meio do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD, regulamentado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 3.005/2024, o fornecimento de dietas enterais, módulos e suplementos nutricionais configura-se como insumo essencial, contínuo e indispensável ao atendimento dos pacientes assistidos em Terapia Nutricional Enteral Domiciliar (TNED). A interrupção ou indisponibilidade desses insumos compromete diretamente a evolução do tratamento, podendo resultar em desnutrição grave, agravamento de lesões por pressão e feridas, complicações clínicas e reinternações hospitalares evitáveis, em desacordo com os princípios e objetivos do Programa, que visam à desospitalização segura, à continuidade do cuidado no domicílio e à racionalização dos custos assistenciais.

3 . 7 Dessa forma, a aquisição contínua de **Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** mostra-se imprescindível para assegurar a segurança alimentar e nutricional no ambiente domiciliar, garantir a continuidade da terapia nutricional, preservar a qualidade de vida dos pacientes e prevenir agravos à saúde, conforme solicitação formal do setor demandante.

3 . 8 A aquisição dos referidos insumos também se mostra necessária para atender às demandas decorrentes das ações da Vigilância Sanitária, no que se refere à adequação das práticas assistenciais, à garantia da segurança alimentar e nutricional e à observância das normas sanitárias vigentes, bem como pela necessidade urgente de atendimento às crianças expostas ao HIV, infectadas ou não infectadas, assistidas pelo Programa IST/HIV/AIDS, vinculado à Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária do Município de São Luís/MA, em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde, que recomendam a inibição da lactação em mulheres vivendo com HIV e

a consequente distribuição de fórmula láctea infantil pela rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme disposto na Portaria nº 2.313/2002, e em atendimento as necessidades da Coordenação de IST/AIDS.

3.9 O eventual desabastecimento de **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** pode ocasionar prejuízos significativos à saúde dos usuários, tais como agravamento do estado nutricional e clínico, interrupção de tratamentos, aumento do risco de complicações e prolongamento do tempo de internação, além de comprometer a integralidade da assistência prestada. No âmbito da gestão pública, tal cenário pode resultar em aquisições emergenciais, judicialização da demanda e aumento de custos assistenciais.

3.10 Ressalta-se que a presente demanda encontra respaldo no Plano Municipal de Saúde e nas Programações Anuais de Saúde, que estabelecem como diretriz a garantia do acesso universal, integral e contínuo às ações e serviços de saúde, exigindo da gestão municipal o adequado planejamento e abastecimento de insumos estratégicos.

3.11 A Constituição Federal definiu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” e a Lei Federal n. 8.080/1990, que regulamentou o SUS, prevê em seu Artigo 7º, como princípios do sistema, entre outros:

I – Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II – Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e dos serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema.

3.12 Compete, portanto, ao Gestor Municipal garantir as condições necessárias ao pleno funcionamento da rede de saúde, assegurando o fornecimento contínuo de insumos estratégicos, como as **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares**, essenciais à execução das ações assistenciais desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais da SEMUS.

3.13 A Secretaria Municipal de Saúde de São Luís – SEMUS tem como missão prestar assistência integral à população, de forma universal e equânime, sendo imprescindível a adoção de medidas que assegurem assistência nutricional segura, eficaz e contínua, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e legais vigentes.

3.14 Diante do exposto, resta evidenciada a imprescindibilidade da aquisição dos insumos nutricionais objeto deste Estudo Técnico Preliminar, bem como a necessidade de manutenção de estoque mínimo regular, de modo a evitar a descontinuidade da assistência nutricional e assegurar o atendimento adequado às demandas das unidades de saúde e dos usuários do SUS no Município de São Luís/MA.

4 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 8º, inciso II, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021)

4.1 A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, número 2129, ID 06307102000130-0-000005/2026, ID do item: 261, Classe/grupo: 331, Categoria: Material, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível através do link <https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2026/5>, demonstrando-se, assim, o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 8º, inciso III, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021)

5.1 Da apresentação das propostas

5.1.1 Catálogos e material (is) ilustrativo (s) original (is), em português, referente (s) ao (s) modelo (s) ofertado (s), comprobatório (s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

5.1.2 Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante, conforme art. 12 da Lei nº. 6.360/1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da supracitada Lei.

5.2 Da Qualificação Técnica

5.2.1 Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade, em nome do licitante. Em caso de Licença Sanitária vencida, será admitida a apresentação de **cópia legível do protocolo de solicitação de renovação**, acompanhada da **Licença Sanitária anteriormente vigente**, desde que a legislação local assim permita.

5.2.2 Autorização de Funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador ou distribuidor, através de cópia legível da sua publicação no DOU ou cópia emitida eletronicamente através do site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou ainda comprovação de dispensa.

5.3 Da entrega e critérios de aceitação do objeto

5.3.1 O fornecimento dos **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** deverá ser efetuado para a **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS**, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da **emissão da Ordem de Fornecimento**, de forma **parcelada**, conforme a necessidade e programação do setor competente.

5.3.2 Os produtos deverão ser entregues no **Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS**, situado na **Av. Engenheiro Emiliano Macieira – BR 135, Km 06, Galpões 16, 17 e 18, CEP 65.095-602, Maracanã, São Luís/MA**, no horário de **segunda a sexta-feira, das 08h às 15h**, observadas as normas internas de recebimento e conferência.

5.3.3 A contratada deverá **substituir, às suas expensas**, no todo ou em parte, os produtos que apresentarem **vícios, defeitos, avarias, inconformidades técnicas ou sanitárias**, ou divergência em relação às especificações do Termo de Referência ou da proposta vencedora, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contado da notificação formal da SEMUS, admitida a prorrogação do prazo apenas nos casos de **comprovada impossibilidade técnica**, mediante análise e autorização do **fiscal do contrato**.

5.3.4 Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a **Nota Fiscal** ou documento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **05 (cinco) dias corridos** a partir do recebimento provisório, mediante **atesto da Nota Fiscal**, após verificação da **qualidade, quantidade, validade e conformidade sanitária** dos produtos entregues.

5.3.5 A eventual **troca de marca** dos produtos cotados pela empresa somente poderá ocorrer mediante **solicitação formal da contratada**, devidamente justificada, acompanhada da **comprovação de regularidade sanitária do novo produto**, incluindo **registro ou notificação junto à ANVISA**, dentro do prazo de validade e em nome do fabricante, ficando a substituição condicionada à **análise técnica da Coordenação de Nutrição e Dietética** e à **manifestação dos setores competentes**, sem prejuízo da qualidade, especificações técnicas e interesse da Administração.

5.3.6 Os produtos entregues deverão possuir **prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses**, contado a partir da data de seu **recebimento no Almoxarifado da SEMUS**, ressalvados os casos devidamente justificados e aceitos formalmente pela Administração, quando comprovada a inexistência de apresentação com validade superior no mercado.

5.4 Da Amostra:

5.4.1 **Não será exigida amostras previamente ao julgamento das propostas**, com base nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e na vedação a exigências que restrinjam injustificadamente a competitividade, conforme art. 5º da **Lei nº 14.133/2021**.

5.4.2 A exigência de amostras pode ser considerada medida excessiva e desnecessária nesta etapa, especialmente quando o objeto é padronizado, regulado por normas técnicas específicas e quando os requisitos de qualidade, segurança e desempenho **podem ser avaliados por meio da documentação técnica apresentada pelos licitantes**, tais como: catálogo técnico do fabricante; laudos de desempenho; certificações sanitárias e de conformidade.

5.5 Do prazo de vigência:

5.5.1 O prazo de vigência será de **até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos**, incluídas eventuais prorrogações, nos termos dos arts. 106 e 107 da **Lei nº 14.133/2021**.

5.5.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

5.5.3 O fornecimento contínuo de **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** é essencial para garantir a **continuidade da assistência nutricional** aos pacientes atendidos pela rede municipal de saúde, tratando-se de insumos de **uso permanente e indispensável** ao tratamento de indivíduos com necessidades nutricionais especiais, incluindo pacientes hospitalizados, ambulatoriais e em atenção domiciliar.

5.5.4 Esses insumos são prescritos de forma individualizada por profissionais habilitados, conforme **protocolos clínicos e nutricionais**, e destinam-se a pacientes com **restrições alimentares, incapacidade de ingestão oral adequada, condições clínicas específicas ou risco nutricional**, sendo fundamentais para a manutenção do estado nutricional, recuperação clínica e prevenção de complicações associadas à desnutrição.

5.5.5 Ressalta-se que o uso contínuo desses produtos integra o **plano terapêutico nutricional** dos pacientes, sendo imprescindível o **fornecimento regular e ininterrupto** para assegurar a adesão ao tratamento, a redução de agravos à saúde e a melhoria da qualidade de vida. A interrupção no fornecimento pode ocasionar **piora do estado clínico e nutricional**, aumento do tempo de internação, reinternações evitáveis e maior custo ao sistema público de saúde.

5.5.6 Dessa forma, a manutenção do fornecimento contínuo de **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** configura medida de caráter **assistencial, preventivo e econômico**, assegurando o atendimento integral aos usuários e o cumprimento dos princípios da **universalidade, integralidade e continuidade da assistência**, preconizados pelo **Sistema Único de Saúde – SUS**.

5.6 Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

5.6.1 Deverão ser observadas e adotadas as disposições da **Resolução RDC ANVISA nº 222, de 28 de março de 2018**, em especial os **arts. 13, 15 e 17**, que tratam, respectivamente, da **segregação dos resíduos no ponto de geração**, da **classificação dos resíduos de serviços de saúde** e do **acondicionamento adequado**, bem como a **Resolução CONAMA nº 358/2005**, no que couber, assegurando o correto gerenciamento dos resíduos decorrentes da utilização e do descarte das embalagens das fórmulas lácteas, nutrição enteral, módulos e suplementos alimentares, os quais, em regra, enquadram-se como **resíduos do Grupo D (resíduos comuns)**, salvo quando houver contato com material biológico no ambiente assistencial.

5.7 Do uso do Sistema de Registro de Preços:

5.7.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma ferramenta essencial para a administração pública, e sua aplicação é totalmente fundamentada no Decreto Municipal nº 62.276/2026, que regulamenta o SRP no âmbito da Administração Pública Municipal de São Luís, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Além de promover uma gestão mais eficiente, econômica e transparente das contratações, ao permitir a centralização e racionalização das aquisições, garantir maior agilidade e flexibilidade, otimizar os recursos públicos e melhorar o planejamento geral das compras, a escolha do SRP fundamenta-se nas hipóteses do Art. 1º do referido Decreto.

5.7.2 No presente caso, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) é plenamente justificada com base nos incisos I, II e IV do § 1º do artigo 1º do Decreto Municipal

nº 62.276/2026, que estabelece sua aplicação preferencial quando: I) as características do bem ou serviço demandarem contratações frequentes; II) forem previstas entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa; IV) houver a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

5.7.3 Assim, o uso do SRP desburocratiza e otimiza o emprego dos recursos públicos, alinhando-se aos princípios da boa governança e às necessidades operacionais da gestão municipal, observando-se que a vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período com a respectiva renovação de quantitativos, conforme o Art. 27, §§ 1º e 2º da norma vigente.

5.8 Da vigência da Ata de Registro de Preço:

5.8.1 Nos termos do Art. 27 do Decreto Municipal n.º 62.276/2026, a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados. Por ocasião da prorrogação, os quantitativos originalmente fixados poderão ser renovados, até o limite do quantitativo original, visando garantir a continuidade das necessidades da Administração.

5.8.2 A renovação dos quantitativos justifica-se tecnicamente pela recorrência e variabilidade da demanda da Rede Municipal de Saúde, comprovada pelo consumo histórico dos últimos 24 meses, que demonstra necessidade contínua e imprevisível de reposição para evitar desabastecimento e prejuízo ao atendimento.

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (art. 8º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021)

6.1 Os quantitativos estimados, demonstrados na tabela constante do **Apêndice I**, foram definidos a partir do **levantamento das necessidades assistenciais das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS**, considerando o histórico de consumo, o perfil epidemiológico dos usuários atendidos, as prescrições nutricionais individualizadas e a média de pacientes assistidos nos diferentes níveis de atenção.

6.2 A estimativa contempla o atendimento das demandas provenientes das **Unidades de Saúde**, dos **processos administrativos e demandas judiciais**, **Programa Melhor em Casa** e das ações da **Vigilância Sanitária**, incluindo, de forma específica, o fornecimento de **fórmulas lácteas infantis destinadas às crianças expostas ao HIV**, infectadas ou não infectadas, assistidas pelo **Programa IST/HIV/AIDS**, conforme protocolos e orientações do Ministério da Saúde.

6.3 Para a definição dos quantitativos, foram considerados os **dados consolidados de consumo mensal**, a média de pacientes em acompanhamento nutricional contínuo, bem como as demandas recorrentes oriundas de decisões judiciais e de solicitações administrativas formalizadas pelas áreas técnicas competentes.

6.4 O memorial de cálculo foi elaborado de forma detalhada, levando em consideração as **diferentes categorias de produtos**, tais como fórmulas lácteas, dietas enterais, módulos nutricionais e suplementos alimentares, bem como suas **apresentações, indicações clínicas e público-alvo**, de modo a refletir, com maior precisão, a demanda real de cada item.

6.5 Considerou-se, ainda, a **possibilidade de aumento gradativo da demanda**, decorrente da ampliação do acesso aos serviços de saúde, do fortalecimento das políticas públicas assistenciais, da inclusão de novos pacientes em acompanhamento nutricional e do surgimento de novas determinações administrativas ou judiciais durante a vigência contratual.

6.6 Em razão da **natureza dinâmica e imprevisível das demandas assistenciais**, foi adotada **margem de segurança de 20%**, definida pela área técnica, com a finalidade de assegurar a regularidade do fornecimento, prevenir riscos de desabastecimento e garantir a **continuidade da assistência nutricional** aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

6.7 Ressalta-se que os quantitativos estimados poderão ser ajustados durante a execução contratual, dentro dos limites legais, em função de variações no perfil assistencial, alterações nas prescrições nutricionais e evolução das demandas das unidades de saúde, preservando-se sempre o interesse público e a continuidade do atendimento.

7 LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 8º, inciso V, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021)

7.1 O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa identificada. No que se refere ao presente Estudo Técnico Preliminar, verifica-se a necessidade de **manutenção de estoque regular de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares**, destinados ao atendimento contínuo dos pacientes assistidos pelas **Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS**, bem como às demandas oriundas de **processos administrativos e judiciais, do Programa Melhor em Casa e das ações da Vigilância Sanitária**.

7.2 Os produtos objeto da contratação caracterizam-se como **bens de consumo de uso direto pelos pacientes**, prescritos individualmente por profissionais habilitados, sendo **insumos essenciais à assistência nutricional e à manutenção da vida**, não se mostrando viáveis alternativas como locação, compartilhamento, reutilização ou substituição por soluções internas. Dessa forma, a **aquisição regular e programada** apresenta-se como a única alternativa **tecnicamente adequada, sanitariamente segura e administrativamente viável** para atendimento das necessidades assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

7.3 Os itens a serem adquiridos possuem **características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado**, com especificações técnicas objetivamente definíveis, tais como composição nutricional, densidade calórica, perfil proteico, apresentação, forma de administração e registro sanitário, permitindo a elaboração de descrições claras no Termo de Referência e viabilizando a ampla competitividade entre fornecedores.

7.4 Com vistas a subsidiar a escolha da solução mais vantajosa para a Administração, o levantamento de mercado buscou identificar **fornecedores aptos, disponibilidade de produtos, práticas comerciais e parâmetros de preços**, mediante consulta a múltiplas fontes, compreendendo, dentre outras, as seguintes abordagens:

a) **Pesquisa em Portais de Compras Públicas:** consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e a plataformas oficiais de compras governamentais, visando identificar contratações similares, fornecedores participantes e histórico de preços praticados;

b) **Análise de contratos e atas anteriores da SEMUS e de outros entes públicos:** avaliação de contratações pretéritas de fórmulas lácteas, dietas enterais, módulos e suplementos alimentares, para definição de especificações técnicas e parâmetros de consumo e preço.

c) **Pesquisa em mídias e sites especializadas:** consultas a fabricantes, distribuidores e empresas do segmento de nutrição clínica e hospitalar, possibilitando identificar tendências de mercado, diversidade de apresentações e potenciais fornecedores.

7.5 Verificou-se que o mercado nacional de **nutrição clínica e alimentos para fins especiais** é amplamente atendido por **fabricantes e distribuidores nacionais e internacionais**, com oferta diversificada de produtos destinados ao uso hospitalar, ambulatorial e domiciliar, regularmente registrados ou notificados junto aos órgãos sanitários competentes, evidenciando **pluralidade de fornecedores e ambiente competitivo**, apto a assegurar disputa efetiva no certame.

7.6 Constatou-se, ainda, que diversos fornecedores possuem experiência no atendimento ao setor público e à rede hospitalar, com capacidade logística para **entregas parceladas, armazenamento adequado e reposição contínua de estoque**, fatores essenciais para o regular abastecimento da rede municipal de saúde.

7.7 As informações obtidas por meio do levantamento de mercado subsidiaram a **definição das especificações técnicas, estimativa dos quantitativos e formação do preço de referência**, garantindo aderência às diretrizes do Decreto Municipal nº 60.155/2024, bem como maior segurança técnica e econômica para a futura contratação.

7.8 Diante do exposto, conclui-se que a **aquisição de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** configura-se como a solução **tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa**, recomendando-se a realização de **Pregão Eletrônico, preferencialmente por meio de Sistema de Registro de Preços**, em razão da necessidade de **fornecimento contínuo, entregas parceladas e variação da demanda assistencial ao longo da vigência contratual**, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, a ampla competitividade e a observância dos princípios previstos no **art. 11 da Lei nº 14.133/2021**.

8 ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (art. 8º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei 14.133/21)

8.1 A estimativa de preço foi realizada com o objetivo de identificar a melhor solução para a contratação, assegurando a viabilidade econômica e a conformidade com as práticas de mercado. Para isso, foi conduzida uma pesquisa de mercado no Painel de Preços do Governo Federal, disponível em <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/analise-materiais>, utilizando o Banco de Preços e Atas de Registro de Preço, complementada por consultas a sítios eletrônicos que comercializam os produtos.

8.2 Ressaltamos, porém, que o orçamento estimativo final para esta nova contratação deverá compor o Termo de Referência através de nova pesquisa mercadológica considerando os ajustes de mercado.

9 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 8º, inciso VII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei 14.133/21)

9.1 A solução sugerida consiste na **aquisição de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares**, com fornecimento conforme as **especificações técnicas detalhadas neste Estudo Técnico Preliminar**, a fim de atender às necessidades assistenciais da **Secretaria Municipal de Saúde de São Luís – SEMUS**, contemplando as Unidades de Saúde, o Programa Melhor em Casa, bem como as demandas administrativas, judiciais e da Vigilância Sanitária.

9.2 A solução proposta é **similar à adotada por outros órgãos e entidades da administração pública**, bem como amplamente praticada no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, tratando-se de modalidade comum no mercado de fornecedores de nutrição clínica, conforme demonstrado no levantamento de mercado constante nos itens anteriores deste ETP.

9.3 A contratação compreenderá o fornecimento contínuo dos insumos nutricionais, com **vigência contratual de 12 (doze) meses**, observadas as disposições legais aplicáveis, sem prejuízo da adoção do **Sistema de Registro de Preços**, conforme regulamentação municipal vigente.

9.4 A execução da contratação, abrangendo o fornecimento, a entrega e eventual substituição dos produtos, deverá ser realizada pela empresa contratada nas **instalações da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS**, ou em outro local por ela indicado, de acordo com as **condições de entrega e critérios de aceitação** estabelecidos no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar.

9.5 As Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares deverão ser entregues **devidamente embalados, identificados, com indicação do fabricante, lote, validade e características técnicas**, em conformidade com a legislação sanitária vigente, sem qualquer indicio de violação, acompanhados, quando aplicável, de rótulos, bulas ou informações nutricionais exigidas pelos órgãos competentes.

9.6 Os produtos deverão ser **acondicionados conforme as orientações do fabricante**, garantindo sua integridade, qualidade e segurança até o momento da utilização, bem como **rotulados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA** e demais legislações aplicáveis.

9.7 Com a execução da contratação, os itens fornecidos abastecerão o **estoque da Secretaria Municipal de Saúde**, permitindo a manutenção de **distribuição contínua e regular** às unidades assistenciais e aos pacientes atendidos, assegurando a continuidade da terapia nutricional e a qualidade da assistência prestada.

9.8 Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como **bens de natureza comum**, uma vez que são amplamente ofertados por diversas empresas, apresentam **padrões de desempenho, composição nutricional e características técnicas comparáveis**, permitindo decisão objetiva de compra com base no **menor preço**, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado, sendo, portanto, passíveis de aquisição por **Pregão Eletrônico**.

9.9 Diante do exposto, adotar-se-á o **Sistema de Registro de Preços – SRP**, em razão da **flexibilidade de sua metodologia prática e jurídica**, bem como da **impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser demandado**, considerando a natureza contínua e variável da assistência nutricional. Tal modelagem permite a participação de diversos fornecedores aptos a atender às especificações estabelecidas, visando à **obtenção da proposta mais vantajosa e do menor preço**, com consequente economia para a Administração Pública, em conformidade com o **Decreto Municipal nº 62.276/2026**, que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal.

10 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (art. 8º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei 14.133/21)

10.1 A licitação para aquisição de **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** poderá ser realizada **com parcelamento por item**, considerando a natureza dos produtos, suas especificidades técnicas e a independência funcional entre si, em conformidade com as disposições legais vigentes.

10.2 A decisão pelo parcelamento fundamenta-se nos seguintes critérios técnicos, operacionais e econômicos:

a) **Busca pela Proposta Mais Vantajosa:** O parcelamento por item possibilita que a Administração contrate cada produto pelo **menor preço unitário**, permitindo maior economicidade, evitando a formação de lotes com itens heterogêneos que possam encarecer a contratação e assegurando melhor aproveitamento dos recursos públicos.

b) **Adequação às Especificidades Técnicas dos Produtos:** Os insumos nutricionais possuem **composições, indicações clínicas, apresentações e finalidades distintas**, sendo prescritos de forma individualizada conforme o perfil do paciente. O parcelamento permite que cada item tenha **especificação própria**, garantindo maior precisão técnica, qualidade do produto e atendimento adequado às necessidades assistenciais.

c) **Ampliação da competitividade:** A agregação de diversos itens em um único lote pode restringir a participação de fornecedores, especialmente diante da existência de **fabricantes e distribuidores especializados por segmento** (fórmulas infantis, dietas enterais, módulos, suplementos). O parcelamento estimula a participação de maior número de empresas, aumentando a competitividade do certame e favorecendo a obtenção de melhores condições comerciais.

d) **Redução de riscos de desabastecimento:** A contratação por item possibilita a participação de múltiplos fornecedores, mitigando riscos logísticos e operacionais, evitando dependência de um único contratado e garantindo maior segurança no fornecimento contínuo dos insumos nutricionais essenciais à assistência em saúde.

10.3 Assim, o parcelamento da licitação mostra-se **tecnicamente viável, economicamente vantajoso e juridicamente recomendado**, alinhando-se ao entendimento de que **a divisão do objeto é regra nas contratações públicas sempre que não houver prejuízo ao conjunto da solução**, conforme os artigos **47 e 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, bem como à **Súmula TCU nº 247**, contribuindo para maximizar a competitividade, assegurar a economicidade e garantir o atendimento eficiente das demandas da Rede Municipal de Saúde de São Luís/MA.

1 1 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 8º, inciso IX, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei 14.133/21)

11.1 A aquisição de **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** representa medida estratégica que promove **ganhos operacionais, econômicos e assistenciais significativos** no âmbito dos serviços públicos de saúde, assegurando a continuidade da terapia nutricional, a melhoria do prognóstico clínico dos pacientes e a otimização da gestão de recursos públicos, impactando positivamente tanto na qualidade da assistência quanto na eficiência administrativa.

11.1.1 Economia e otimização de recursos financeiros: A oferta regular de insumos nutricionais adequados contribui para a **redução de complicações clínicas associadas à desnutrição**, diminuição do tempo de internação hospitalar, prevenção de reinternações evitáveis e redução da judicialização por desassistência, gerando economia direta e indireta ao sistema público de saúde e melhor racionalização do orçamento municipal.

11.1.2 Otimização de recursos humanos e assistenciais: A padronização e disponibilidade contínua das fórmulas e suplementos permitem maior **agilidade no atendimento nutricional**, reduzindo atrasos na implementação da terapia, facilitando o trabalho das equipes multiprofissionais e possibilitando melhor organização dos fluxos assistenciais, com ganho de produtividade e eficiência das equipes técnicas.

11.1.3 Redução de falhas operacionais e desabastecimento: O planejamento da aquisição, aliado ao Sistema de Registro de Preços e às entregas parceladas, contribui para a **manutenção de estoque regular**, mitigando riscos de interrupção do tratamento nutricional, compras emergenciais e falhas logísticas, assegurando maior previsibilidade, controle e continuidade do fornecimento.

11.1.4 Segurança e qualidade da assistência ao paciente: O uso de fórmulas nutricionais industrializadas, com **composição padronizada, registro sanitário e controle de qualidade**, garante maior segurança alimentar e nutricional, reduz riscos de contaminação, inadequação dietética e eventos adversos, promovendo melhores desfechos clínicos, recuperação funcional e qualidade de vida aos usuários do SUS.

11.1.5 Fortalecimento da atenção domiciliar e da desospitalização: No âmbito do **Programa Melhor em Casa e da atenção domiciliar**, a disponibilidade contínua de nutrição enteral e suplementos possibilita a **manutenção do cuidado no domicílio**, reduzindo internações prolongadas, liberando leitos hospitalares e contribuindo para modelo assistencial mais humanizado, resolutivo e economicamente sustentável.

11.1.6 Melhoria da qualidade do serviço público: A adoção de solução estruturada, com planejamento, padronização de insumos e aquisição centralizada, eleva os padrões de qualidade do serviço público de saúde, assegurando **maior eficiência, economicidade, resolutividade e satisfação dos usuários**, em consonância com os princípios da Administração Pública e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

12 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 8º, inciso X, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso X, da Lei 14.133/21)

12.1 O objeto da presente contratação, por se tratar de **bens de consumo de natureza alimentar e nutricional**, não demanda adequações estruturais ou obras físicas para o início da execução contratual, sendo compatível com a infraestrutura administrativa e logística já existente na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, especialmente no que se refere ao recebimento, armazenamento e distribuição pelo Almoxarifado Central.

12.2 Contudo, faz-se necessária a adoção de **medidas de organização e controle logístico**, incluindo o adequado **armazenamento, controle de validade, rastreabilidade, rotatividade de estoque (PEPS/FEFO)** e monitoramento das condições sanitárias e ambientais dos produtos, a fim de garantir a integridade, segurança e qualidade dos insumos nutricionais até sua dispensação aos pacientes.

12.3 Também se mostra necessária a **capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual**, especialmente da **Coordenação de Nutrição e Dietética**, quanto aos procedimentos de recebimento, conferência técnica, controle sanitário, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências, avaliação da conformidade dos produtos e aplicação das medidas previstas contratualmente.

12.4 A gestão do contrato ficará sob responsabilidade da **Superintendência de Assistência à Rede de Saúde – SEMUS**, com apoio técnico da **Coordenação de Nutrição e Dietética**, que designará formalmente o **fiscal e o gestor do contrato**, competindo-lhes acompanhar a execução, atestar o recebimento dos produtos, monitorar o cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições sanitárias, bem como adotar as providências necessárias ao regular cumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada.

1 3 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (art. 8º, inciso XI, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei 14.133/21)

13.1 Não há contratações correlatas/interdependentes.

14 IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 8º, inciso XII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei 14.133/21)

14.1 A aquisição de **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares**, por se tratar de **produtos de natureza alimentar e de consumo contínuo**, gera impactos ambientais principalmente relacionados ao **uso de embalagens, armazenamento, transporte e descarte de resíduos sólidos comuns**, não se caracterizando, em regra, como resíduos hospitalares infectantes, salvo quando houver contato direto com pacientes durante a assistência.

14.2 Impactos positivos da contratação planejada:

- a) **Redução de desperdício de insumos:** a adoção do **Sistema de Registro de Preços e entregas parceladas** permite aquisição conforme a demanda real, evitando vencimentos, perdas por estocagem excessiva e descarte desnecessário de alimentos;
- b) **Racionalização do consumo:** o fornecimento padronizado de produtos industrializados, com porcionamento adequado e controle nutricional, reduz desperdícios e retrabalhos na preparação artesanal de dietas;
- c) **Melhoria da eficiência logística:** a centralização das entregas no Almoxarifado da SEMUS possibilita melhor controle de estoque, validade e distribuição, minimizando perdas e impactos ambientais indiretos.

14.3 Impactos negativos potenciais:

- a) **Geração de resíduos sólidos comuns:** embalagens plásticas, metálicas, cartonadas e papelão decorrentes do consumo dos produtos;
- b) **Descarte de produtos vencidos ou danificados:** quando não houver adequado planejamento e controle de estoque;
- c) **Consumo energético e emissões associadas ao transporte e à produção,** inerentes à cadeia de fabricação e distribuição dos alimentos.

14.4 Medidas mitigadoras:

14.4.1 Gestão adequada de resíduos:

14.4.1.1 Segregação correta das embalagens e resíduos, conforme classificação de **resíduos comuns (Grupo D)** prevista na RDC ANVISA nº 222/2018 e normativas ambientais locais;

14.4.1.2 Destinação para coleta seletiva, reciclagem ou empresas licenciadas, quando aplicável.

14.4.2 Controle de estoque e validade:

14.4.2.1 Adoção de sistema de rotatividade de estoque (PEPS/FEFO), priorizando produtos com menor prazo de validade;

14.4.2.2 Planejamento de compras parceladas, evitando perdas por vencimento.

14.4.3 Capacitação de pessoal:

14.4.3.1 Treinamento contínuo das equipes responsáveis pelo recebimento, armazenamento e distribuição quanto às boas práticas de manipulação, conservação e descarte de embalagens;

14.4.3.2 Orientação para uso racional dos insumos, prevenindo desperdícios.

14.4.4 Compra responsável e sustentabilidade:

14.4.4.1 Preferência, quando possível, por fornecedores que adotem práticas sustentáveis, utilizem **embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental** e mantenham programas de responsabilidade socioambiental;

14.4.4.2 Avaliação do ciclo de vida dos produtos, considerando não apenas o preço, mas também aspectos ambientais e logísticos.

14.5 Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são **limitados e passíveis de mitigação**, sendo adequadamente gerenciados por meio de planejamento logístico, controle de estoque, descarte responsável e adoção de boas práticas de sustentabilidade, não representando óbice à viabilidade da contratação.

15 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 8º, inciso XIII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso XIII, do art. 18 da Lei 14.133/21)

15.1 Com base na análise dos aspectos **técnicos, operacionais, sanitários, logísticos e orçamentários**, bem como nas necessidades assistenciais identificadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela **viabilidade e conveniência da contratação** para aquisição de **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares**, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

15.2 Os principais pontos que fundamentam essa recomendação são:

- a) **Viabilidade Técnica:** Os produtos possuem especificações padronizadas, ampla disponibilidade no mercado, regularização sanitária junto aos órgãos competentes e comprovada eficácia clínica, atendendo integralmente às necessidades nutricionais dos pacientes hospitalizados, ambulatoriais e em atenção domiciliar.
- b) **Viabilidade Operacional:** A contratação assegura o **fornecimento contínuo e regular dos insumos**, essencial para o funcionamento das Unidades de Saúde, do Programa Melhor em Casa, das demandas administrativas e judiciais e das ações de Vigilância Sanitária, prevenindo desabastecimento, interrupção de tratamentos e prejuízos à assistência.
- c) **Viabilidade Orçamentária:** Os valores estimados mostram-se compatíveis com os preços praticados no mercado, estando a despesa prevista no planejamento anual de contratações e alinhada à disponibilidade orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, possibilitando execução financeira sustentável.
- d) **Adequação à Necessidade Identificada:** A solução proposta atende integralmente às demandas assistenciais mapeadas pela **Coordenação de Nutrição e Dietética e demais setores técnicos**, garantindo suporte nutricional adequado aos usuários do SUS, contribuindo para melhores desfechos clínicos, redução de internações prolongadas, diminuição de judicialização e maior eficiência do serviço público.

15.3 Diante do exposto, conclui-se que a contratação é **tecnicamente adequada, operacionalmente necessária, economicamente viável e compatível com o interesse público**, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, por meio de **Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços**, como solução mais eficiente para assegurar a continuidade da assistência nutricional e a adequada prestação dos serviços de saúde no Município de São Luís/MA, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público.

16 RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DO ETP:

16.1 Elaborador:

- a) Yann Markus Lobato Souza, Nutricionista – Analista Técnico, Coordenação de Compras e Contratos - SARS/SEMUS, Matrícula: 70031;
- b) Alana de Jesus Lopes Oliveira, Apoio Técnico, Coordenação de Compras e Contratos - SARS/SEMUS, Matrícula: 6469257;
- c) Macelli Karollini Abreu Costa Da Rocha, Coordenação de Nutrição - SARS/SEMUS, Matrícula: 560392-2;

16.2 De acordo:

- a) Lizandra Rafaela Dias Martins – Analista Técnica – SARS/SEMUS. Matrícula: 65589;
- b) Josélia Alves dos Santos, Superintendente de Assistência à Rede de Saúde. Matrícula: 6469134.

APÊNDICE I – PLANILHA DESCRITIVA

| GRUPO 1 - FORMULAS LÁCTEAS | | | | | | | | | |
|----------------------------|---|-------------------|----------------------------|------------|----------------------------|------------------|-------------------------|------------------------------------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT VIGILÂNCIA SANITÁRIA | QUANT SARS | QUANT PROG. MELHOR EM CASA | QUANT SOLICITADA | 20% DA QUANT SOLICITADA | QUANT TOTAL (COM ACRESCIMO DE 20%) | VALOR UNITÁRIO |
| 1 | Fórmula láctea para prematuros e recém-nascidos de baixo peso. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Pré Nan, Aptamil Pré ou de qualidade superior. | LATA | 0 | 500 | 0 | 500 | 100 | 600 | 196,66 |
| 2 | Fórmula infantil anti regurgitação para lactentes, com composição específica para condições de refluxo gastroesofágico, nutricionalmente completa, para crianças de 0 a 12 meses. E de acordo com as recomendações do CODEX Alimentarius (FAO/OMS). De fácil diluição e boa digestibilidade; Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan Ar, Enfamil Premium Ar, Aptamil AR ou de qualidade superior. | LATA | 0 | 500 | 0 | 500 | 100 | 600 | 114,49 |
| 3 | Fórmula láctea de partida para lactentes até 6º mês de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan 1, Aptamil 1, Milupa 1 ou de qualidade superior. | LATA | 10.008 | 3.500 | 0 | 13.508 | 2.702 | 16.210 | 78,49 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|------|-------|-------|---|--------|--------------|---------------|--------|
| 4 | Fórmula láctea de seguimento para lactentes a partir do 6º até o 12º mês de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan 2, Aptamil 2, Milupa 2 ou de qualidade superior. | LATA | 8.004 | 3.000 | 0 | 11.004 | 2.201 | 13.205 | 79,49 |
| 5 | Fórmula láctea para lactentes e crianças de 0 até o 3º ano de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Aptamil pepti, Ninho fases ou de qualidade superior. | LATA | 0 | 1.000 | 0 | 1.000 | 200 | 1.200 | 161,49 |
| 6 | Fórmula láctea à base de proteína do leite de vaca, isenta de lactose para lactentes desde o nascimento e crianças com intolerância a lactose. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan sem lactose, Aptamil sem lactose ou de qualidade superior. | LATA | 0 | 1.500 | 0 | 1.500 | 300 | 1.800 | 92,99 |
| 7 | Fórmula láctea à base de proteína de soja, isenta de lactose, indicada para lactentes com intolerância à lactose, galactosemia e isenção de proteína do leite de vaca da alimentação, usada a partir do 12º mês de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Aptamil soja 2 ou de qualidade superior. | LATA | 0 | 1.100 | 0 | 1.100 | 220 | 1.320 | 73,99 |
| 8 | Fórmula láctea extensamente hidrolisada a base de soro do leite de vaca com peptídeos e aminoácidos indicada para pacientes com alergia e/ou intolerância à proteína do leite de vaca, com diarreia. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Pregomin Pepti, Pregestimil ou de qualidade superior. | LATA | 0 | 1.000 | 0 | 1.000 | 200 | 1.200 | 249,99 |

| 9 | Fórmula elementar não alergênica com 100% de aminoácidos livres, para crianças até 1 ano de idade, isenta de sacarose, lactose e glúten, indicada para pacientes com alergia à proteína do leite de vaca e com diarreia crônica severa. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Neocate LCP, Aminomed, Alfamino, Puramino ou de qualidade superior. | LATA | 0 | 1.500 | 0 | 1.500 | 300 | 1.800 | 296,99 |
|----------------------------|---|-------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------------------|-----------------------|------------------------------|---|----------------|
| 10 | Fórmula elementar não alergênica com 100% de aminoácidos livres, para crianças de 03 a 10 anos de idade, isenta de sacarose, lactose e glúten, indicada para pacientes com alergia ao leite de vaca e com diarreia crônica severa. De acordo com as recomendações do Codex Alimentarius. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Neo Advance, Comidagenplus ou de qualidade superior. | LATA | 0 | 1.500 | 0 | 1.500 | 300 | 1.800 | 212,80 |
| 11 | Fórmula pediátrica polimérica, hipercalórica para alimentação oral ou enteral para lactentes e de seguimento, para crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas. Adicionado de LCPufas (ARA/DHA), nucleotídeos e prebióticos (GOS/FOS). Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Infatrini ou de qualidade superior. | LATA | 0 | 1.200 | 0 | 1.200 | 240 | 1.440 | 135,00 |
| TOTAL DO GRUPO: | | | | | | | | | |
| GRUPO 2 - NUTRIÇÃO ENTERAL | | | | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | QUANTIDADE SANS | QUANTIDADE PROG. MELHOR EM CASA | QUANTIDADE SOLICITADA | 20% DA QUANTIDADE SOLICITADA | QUANTIDADE TOTAL (COM ACRESCIMO DE 20%) | VALOR UNITÁRIO |
| 12 | Fórmula padrão para nutrição enteral, normocalórica (1 a 1,2 kcal/ml), normoproteica (15 a 19%) com proteína de alto valor biológico (animal ou soja), isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO.Com adaptador. | LITRO | 0 | 26.400 | 7.000 | 33.400 | 6.680 | 40.080 | R\$ 19,99 |

| | | | | | | | | | |
|----|---|-------|---|--------|-------|--------|--------------|---------------|------------|
| 13 | Fórmula padrão para nutrição enteral, hipercalórica (1,5 a 2,0 kcal/ml), normoproteica (15 a 19%), com adequado perfil lipídico e osmolaridade abaixo de 600mosm/l. Isenta de lactose adicionada, sacarose e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO.Com adaptador. | LITRO | 0 | 30.000 | 7.000 | 37.000 | 7.400 | 44.400 | R\$ 39,60 |
| 14 | Fórmula modificada para nutrição enteral, polimérica, específica para pacientes com necessidades nutricionais aumentadas e/ou restrição de volume, hipercalórica (1,5cal/ml), hiperproteica (igual ou superior a 20%), isenta de lactose adicionada, sacarose e glúten. Com adaptador. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO Com adaptador. | LITRO | 0 | 15.000 | 0 | 15.000 | 3.000 | 18.000 | R\$ 27,09 |
| 15 | Fórmula modificada para nutrição enteral, POLIMÉRICA, destinada para pacientes c/ necessidades protéicas aumentadas (úlceras por pressão, queimaduras, fistulas) em processo de cicatrização, normocalórica, hiperproteica (≥ 20 %), isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten, enriquecida com nutrientes específicos para cicatrização, vitaminas C e E, zinco e selênio. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO. Com adaptador. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses. | LITRO | 0 | 10.020 | 9.000 | 19.020 | 3.804 | 22.824 | R\$ 57,00 |
| 16 | Fórmula modificada para nutrição enteral, específica para pacientes diabéticos e/ou intolerantes à glicose, hiperproteica (igual ou superior a 20%), com carboidratos de baixo índice glicêmico, isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Com adaptador. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. | LITRO | 0 | 15.000 | 0 | 15.000 | 3.000 | 18.000 | R\$ 25,90 |
| 17 | Fórmula modificada para nutrição enteral, oligomérica, hipercalórica, hiperprotéica (20% ou mais de proteína), presença de TCM e com osmolaridade abaixo de 300mosml, isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Com adaptador. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. | LITRO | 0 | 15.000 | 0 | 15.000 | 3.000 | 18.000 | R\$ 105,30 |
| 18 | Fórmula pediátrica para nutrição enteral, polimérica, específica para crianças a partir de 01 ano de idade, normocalórica (1,0 cal/ml), isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: embalagem PACK 500 ML. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO, com adaptador. | UND | 0 | 20.000 | 7.000 | 27.000 | 5.400 | 32.400 | R\$ 74,90 |

| | | | | | | | | | |
|----------------------------------|---|-------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------------------|-----------------------|------------------------------|------------------|----------------|
| 19 | Fórmula pediátrica para nutrição enteral, polimérica, específica para crianças a partir de 01 ano de idade, hipercalórica (1,5cal/ml), com adequado perfil lipídico e fibras, isenta de lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: embalagem PACK 500ml. Especificar volume por unidade. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO, com adaptador. | UND | 0 | 20.000 | 7.000 | 27.000 | 5.400 | 32.400 | R\$ 86,30 |
| 20 | Fórmula modificada para nutrição enteral, normoproteica, normocalórica, isenta de lactose adicionada e glúten; especializada para pacientes com doença de crohn e doenças inflamatórias intestinais, com presença de TGFβ-2, para contribuir com ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal, aspecto físico pó, sem sabor. Apresentação: Mínimo de 400g. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. | LATA | 0 | 7.000 | 0 | 7.000 | 1.400 | 8.400 | R\$ 289,67 |
| TOTAL DO GRUPO: | | | | | | | | | |
| GRUPO 3 - MÓDULOS NUTRICIONAIS | | | | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | QUANTIDADE SARS | QUANTIDADE PROG. MELHOR EM CASA | QUANTIDADE SOLICITADA | 20% DA QUANTIDADE SOLICITADA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO |
| 21 | Módulo de glutamina para nutrição enteral ou oral. Aspecto físico pó. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: Sachê 10g. | UND. | 0 | 10.200 | 0 | 10.200 | 2.040 | 12.240 | 4,05 |
| 22 | Módulo para nutrição enteral ou oral de alto valor biológico a base de proteína do soro do leite. Específico para pacientes com necessidades proteicas elevadas. Aspecto físico pó. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: Embalagem pote ou lata de 400 gramas. Registro no Ministério da Saúde/ANVISA. | UND. | 0 | 7.200 | 120 | 7.320 | 1.464 | 8.784 | R\$ 149,50 |
| 23 | Módulo para nutrição oral ou enteral mix de fibras, indicado para regularização do trânsito intestinal. Aspecto físico pó. Apresentação: Embalagem pote ou lata de 300g. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. | UND. | 0 | 684 | 600 | 1.284 | 257 | 1.541 | R\$ 47,65 |
| TOTAL DO GRUPO: | | | | | | | | | |
| GRUPO 4 - SUPLEMENTOS ALIMENTARE | | | | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | QUANTIDADE SARS | QUANTIDADE PROG. MELHOR EM CASA | QUANTIDADE SOLICITADA | 20% DA QUANTIDADE SOLICITADA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO |

| | | | | | | | | | |
|----|---|------|---|--------|---|--------|---------------|---------------|-----------|
| 24 | Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, destinada a pacientes com lesão por pressão, hiperproteico, enriquecido com nutrientes específicos para cicatrização. Isento de sacarose. Aspecto físico líquido. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 200 ml. | UND. | 0 | 43.200 | 0 | 43.200 | 8.640 | 51.840 | R\$ 66,48 |
| 25 | Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, destinada a pacientes hospitalizados, hipercalórico (1,5cal/ml), hiperproteico (mínimo de 20%) enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 250 ml. | UND. | 0 | 12.000 | 0 | 12.000 | 2.400 | 14.400 | R\$ 10,44 |
| 26 | Fórmula modificada PARA SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, destinados a pacientes idosos, em risco de desnutrição, hipercalórico (2.4 a 3.2 kcal/ml) hiperproteico (mínimo de 20%) ,com baixo volume, enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.Apresentação: mínimo de 125 ml. | UND. | 0 | 12.000 | 0 | 12.000 | 2.400 | 14.400 | R\$ 21,00 |
| 27 | Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, formulado para pacientes oncológicos, nutricionalmente completo, hiperprotéico, hipercalórico, enriquecido com EPA, com mix de fibras, isento de sacarose, lactose adicionada e glúten. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. No mínimo 200 ml. | UND. | 0 | 4.500 | 0 | 4.500 | 900 | 5.400 | R\$ 15,50 |
| 28 | Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral destinado a crianças acima de 1 ano de idade, hipercalórico (1,5kcal/ml), enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. . Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 200 ML. | UND. | 0 | 60.000 | 0 | 60.000 | 12.000 | 72.000 | R\$ 13,95 |
| 29 | Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral destinado a crianças acima de 1 ano de idade, normocalórico (1.0 kcal/ml a 1.2 kcal/ml) e normoproteica, enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos . Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 125 ml. | UND. | 0 | 5.400 | 0 | 5.400 | 1.080 | 6.480 | R\$ 30,00 |

| | | | | | | | | | |
|------------------------|---|------|---|-------|---|-------|--------------|--------------|------------|
| 30 | Fórmula pediátrica cetogênica, para nutrição enteral e oral, indicada para crianças com epilepsia refratária, contendo 4 g de gordura para cada 1g de carboidrato. Adicionada de vitaminas e minerais. Com indicação para: Epilepsia refratária e outras condições que requerem terapia nutricional com dieta cetogênica, como: Deficiência do Complexo Piruvato Desidrogenase e Síndrome de Deficiência do Transportador tipo 1 de Glicose (GLUT1-DS). Isento de glúten. Aspecto físico pó. Apresentação: Embalagem lata de até 300g. | LATA | 0 | 720 | 0 | 720 | 144 | 864 | R\$ 403,99 |
| 31 | Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição oral destinado a pacientes diabéticos, hiperproteico, isento de sacarose. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 200 ml. | UND. | 0 | 5.400 | 0 | 5.400 | 1.080 | 6.480 | R\$ 8,96 |
| 32 | Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral, nutricionalmente completa, com alto teor de vitaminas e minerais sem lactose específica para crianças a partir de 01 ano de idade, hipercalórica (1,5 kcal/ml). Aspecto físico pó. Apresentação: lata 400g. Especificar volume por unidade. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. | LATA | 0 | 1.200 | 0 | 1.200 | 240 | 1.440 | R\$ 52,30 |
| TOTAL DO GRUPO: | | | | | | | | | |
| VALOR GLOBAL: | | | | | | | | | |



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Alana De Jesus Lopes Oliveira, Enfermeira**, em 25/03/2026, às 10:08, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Lizandra Rafaela Dias Martins, Analista Técnica**, em 25/03/2026, às 10:14, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Yann Markus Lobato Souza, Nutricionista**, em 25/03/2026, às 10:18, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Macelli Karollini Abreu, Coordenadora**, em 25/03/2026, às 15:40, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Josélia Alves dos Santos, Administrativo**, em 26/03/2026, às 09:40, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3578110** e o código CRC **EFE97995**.

